

GENEALOGIA DA INVESTIGAÇÃO DA PAZ BEHAVIORISTA

Ricardo Real P. Sousa

ricardorps2000@yahoo.com

Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal) e investigador integrado no OBSERVARE. É doutorado pelo International Institute of Social Studies (ISS) da Erasmus University of Rotterdam (EUR) na Holanda. Foi membro da Research School in Peace and Conflict (PRIO/NTNU/UiO) na Noruega e é investigador de conflitos no Centro de Estudos Internacionais (CEI) do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Tem um mestrado em Estudos sobre o Desenvolvimento pela School of Oriental and African Studies (SOAS) da University of London, assim como um diploma de pós-graduação em estudos avançados sobre África e uma licenciatura em Gestão, ambos pelo Instituto Universitário de Lisboa.

Resumo

Este artigo apresenta a tradição de Investigação da Paz behaviorista “não-normativa” com dois objetivos. Um objetivo é posicionar esta área de investigação em relação a outras áreas de investigação próximas. A especificidade da Investigação da Paz é: a variável dependente de paz e conflito quando comparada com a Ciência Política e Relações Internacionais; a preocupação normativa com as causas da guerra quando comparada com os Estudos Estratégicos, e; a rejeição da “utilidade prática” e controlo da normatividade quando comparada com os Estudos para a Paz (definido como investigação da paz, educação e acção para a paz) e Resolução de Conflitos. Adicionalmente a Investigação da Paz é aqui considerada como uma sub-área dos Estudos de Segurança Internacional. O segundo objetivo do artigo é apresentar a história da Investigação da Paz. Desde a sua criação nos anos 1950s como uma alternativa aos Estudos Estratégicos e um enfoque na guerra entre Estados, a Investigação da Paz teve dois períodos de definição. Um período no final dos anos 1960 caracterizado como a “revolução socialista” com a conceptualização da paz (positiva) como mais do que a ausência da guerra e um desafio para a normatividade na investigação. Um segundo período nos anos 1980 com o alargamento do objeto de análise aos conflitos intra-Estado e a paz liberal e a emergência de outras ciências sociais dedicada ao estudo de temáticas da, ou próximas da, Investigação da Paz, de uma forma abrangente definidas como segurança, algumas adoptando uma abordagem normativa na investigação. A comunidade epistemológica da Investigação da Paz manteve a abordagem behaviorista apesar destes desafios normativos e a sua especificidade e unidade é muito devido ao seu método de investigação.

Palavras-chave

Normatividade; Estudos para a Paz; Estudos da Paz e Conflito

Como citar este artigo

Sousa, Ricardo Real P. (2017). "Genealogia da investigação da paz behaviorista". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 8, N.º 1, Maio-Outubro 2017. Consultado [online] em data da última consulta, <http://hdl.handle.net/11144/3030>

Artigo recebido em 12 de Dezembro de 2016 e aceite para publicação em 26 de Fevereiro de 2017





GENEALOGIA DA INVESTIGAÇÃO DA PAZ BEHAVIORISTA

Ricardo Real P. Sousa

Introdução¹

Este artigo apresenta mais de sessenta anos de evolução da Investigação da Paz com dois objetivos. O primeiro é identificar mudanças significativas no que a Investigação da Paz investiga e como é investigada. Para tal a Investigação da Paz é definida de acordo com a abordagem behaviorista o que determina também a estrutura do artigo². Partilhamos a perspetiva de King et al. (1994) que caracteriza a investigação como a prática de inferências descritivas ou explicativas com base em informação empírica; o uso de métodos explícitos, codificados e públicos para produzir e analisar dados cuja fiabilidade pode ser verificada; que é incerta nas suas conclusões, no sentido em que métodos quantitativos e qualitativos são necessariamente imperfeitos; e determinada pelo seu método, em que “a unidade de todas as ciências consiste unicamente no seu método, não no seu objeto de estudo” (Pearson, 1892, p. 16). Estas características minimizam o preconceito ou influências do investigador no conhecimento produzido.

Existem três períodos decisivos na Investigação da Paz³. Inicia-se no final da década de 50 do século XX em consequência da revolução behaviorista caracterizada por um enfoque nas causas dos conflitos violentos entre Estados (conflito mortal normalmente associado à guerra) investigado através de uma abordagem behaviorista com uma predominância da Ciência Política.

No final dos anos 60 a paz é conceptualizada como sendo mais do que a ausência de guerra, distinguindo a guerra (conflito violento) da paz negativa (a ausência de conflito violento mas onde existe conflito não violento) e da paz positiva (a remoção da violência cultural e estrutural, ausência de conflito violento e não violento e a existência de mecanismo não violentos para a resolução de conflitos) (Galtung J. , 1969). Este é um período em que se reclama o uso de abordagens normativas na investigação e que foi

¹ Gostaria de agradecer comentários de Luís Moita, Carlos Branco e dois revisores anónimos, quaisquer erros são da minha responsabilidade. O termo genealogia é aqui utilizado como o estudo da origem e desenvolvimento da Investigação da Paz e não no sentido da análise geneológica de Michel Foucault que o define como uma perspetiva histórica e método de investigação com uma subjacente crítica do presente (Foucault, 1997).

² Ver David Easton (1965) para uma definição clássica da abordagem behaviorista.

³ Gledistch (2008) identifica quatro períodos na Investigação da Paz: a pré-história antes de 1959; a revolução behaviorista entre 1959 e 1968; a revolução socialista entre 1968 e 1978; os “anos selvagens” (*wilderness years*) entre 1979 e 1989; os anos posteriores ao final da Guerra Fria como da paz liberal, e; questiona se o “choque de civilizações” poderá definir a investigação desde 2001.



identificado como a “revolução socialista” (entre 1968 e 1978) (Gleditsch N. P., 2008) com uma predominância da Ciência Política e Economia.

No final dos anos 80 a Investigação da Paz alarga o seu focus para o conflito intra-Estado e a paz liberal, e é desafiada por um conjunto de novas disciplinas que investigam a paz e o conflito, ou de uma forma mais abrangente, a segurança, com distintas abordagens ontológicas e epistemológicas. De uma forma geral, desde os anos 80 que se pode fazer uma distinção entre a Investigação da Paz behaviorista, racionalista e positivista, e as novas disciplinas refletivas e pós-positivistas. Nesta fase a Investigação da Paz é multidisciplinar.

Tabela 1: Períodos da Investigação da Paz

	Finais de 1950 a finais de 1960	Finais de 1960 a finais de 1980		Desde finais de 1980s	
O que é investigado <i>(variável dependente)</i>	Conflito (nuclear) entre- Estados	Conflito entre-Estados	Paz positiva e negativa e violência estrutural	Conflito entre e intra Estado	Paz liberal
Como é investigado <i>(metodologia da investigação)</i>	Behaviorista	Behaviorista	Behaviorista e Normativo	Racionalista Positivista (behaviorista)	
Disciplinas	Ciência Política	Ciência Política e Economia		Multidisciplinar	

O segundo objetivo do artigo é identificar as principais características da Investigação da Paz relativamente a outras áreas de investigação próximas. A Investigação da Paz é distinta da Ciência Política e Relações Internacionais devido ao seu focus exclusivo da variável dependente no conflito e paz⁴. O aspeto diferenciador entre a Investigação da Paz e os Estudos Estratégicos é a normatividade⁵ da Investigação da Paz no seu focus nas causas da guerra. A distinção entre a Investigação da Paz e os Estudos para a Paz e a Resolução de Conflitos é o seu controlo da “utilidade prática” e normatividade da investigação. Finalmente é considerado que a Investigação da Paz é uma das áreas de investigação dos Estudos de Segurança Internacional.

O artigo começa por apresentar com maior detalhe esta distinção entre a Investigação da Paz em relação a outras áreas de investigação, apresentando em seguida cada um dos três períodos da Investigação da Paz identificados na tabela 1 e concluí com uma breve revisão do atual enfoque da Investigação da Paz.

Localizando a Investigação da Paz

As fronteiras académicas da Investigação da Paz são de difícil delimitação, principalmente em relação a áreas muito próximas de investigação, como é caso da Ciência Política,

⁴ A variável dependente é o fenómeno que está a ser investigado que é “dependente” de outros fatores que o explicam – as variáveis independentes.

⁵ Esta normatividade (valores que o investigador traz para a investigação) é na escolha da pergunta de investigação e não no método, que é neutro. Desta forma é distinta da normatividade da “revolução socialista” ou do pós-positivismo e refletivismo, como veremos mais à frente, que são mais críticos e refletivos onde o investigador assume os seus valores e preferências, tanto na pergunta de investigação com no método.



Relações Internacionais, Estudos Estratégicos, Estudos de Segurança Internacional, Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos.

Figura 1: Localização da Investigação da Paz⁶



A Ciência Política é a disciplina central, com um enfoque na política: o exercício do poder dentro e entre Estados. Mas é na sua sub-disciplina de Relações Internacionais, também referida como Política Internacional, que a primeira disciplina académica é criada com o objetivo de investigar sistematicamente o exercício do poder entre Estados, em particular para identificar as causas do conflito e as possibilidades da paz. A cátedra Woodrow Wilson criada em 1919 é um marco de referência no estabelecimento das Relações Internacionais como uma disciplina académica. A Investigação da Paz é uma sub-disciplina das Relações Internacionais que surge nos anos 50 para ser um pensamento alternativo à área de investigação dominante de Estudos Estratégicos⁷.

Tanto a Ciência Política, as Relações Internacionais e a Investigação da Paz são multidisciplinares, têm abordagens epistemológicas semelhantes, reconhecem agência tanto ao Estado como a atores não estatais, podem usar o mesmo leque de níveis de análise (níveis micro, macro e meso) e partilham os mesmos temas (economia, política, governação global, terrorismo, organizações internacionais, entre outros).

O principal elemento diferenciador da Investigação da Paz em relação à Ciência Política e Relações Internacionais é a variável dependente, mesmo que a Investigação da Paz tenha variadas conceptualizações e indicadores (*proxies*) de paz e conflito. Em Ciência Política e Relações Internacionais podem existir outras variáveis dependentes, tais como finanças e economia, desenvolvimento, sustentabilidade, ambiente, justiça, ética, sociedade civil ou democracia. Uma distinção adicional é o fato de a Ciência Política se concentrar em processos intra-estatais e que as Relações Internacionais se concentrar em processo inter-estatais enquanto a Investigação da Paz aborda ambos os processos entre-Estados e intra-Estados.

O âmbito de temáticas de dois jornais de referência da Investigação da Paz são ilustrativos deste enfoque. A chamada de trabalhos do *Journal of Conflict Resolution* (JCR) sediado nos Estados Unidos da América (EUA) procura artigos sobre "as causas e

⁶ Porque os Estudos para a Paz e a Resolução de Conflitos também são caracterizados pelas perguntas que definem os Estudos de Segurança Internacional, estas duas áreas de investigação são representadas como parte dos Estudos de Segurança Internacional.

⁷ Ver Viotti e Kauppi (2012) e Dunne et al. (2013) para uma revisão das teorias de Relações Internacionais.



soluções para todo o espectro de conflito humano...[com um enfoque no] conflito entre Estados e nos Estados, mas também que explorem a variedade de conflito inter-grupal e inter-pessoal que possam ajudar a compreender o problema da guerra e da paz”⁸. A chamada de trabalhos do Journal of Peace Research (JPR) com sede na Europa procura artigos com “um enfoque global sobre conflito e pacificação [...]e] encoraja alargadas conceptualizações de paz mas com um enfoque nas causas da violência e resolução de conflitos”⁹.

Os Estudos Estratégicos emergem no período posterior à Segunda Guerra Mundial baseados numa abordagem clássica realista dos estudos da guerra, estratégia militar e geopolítica. O principal ator é o Estado e o principal objetivo de um estadista é assegurar, através da diplomacia ou dos meios militares, a sobrevivência do Estado – a sua soberania. A principal ameaça ao Estado não é interna mas externa e surge em resultado dos Estados existirem num sistema anárquico onde não existe uma autoridade supra-estatal para regular os interesses dos Estados quando estes estão em choque.

No início, a Investigação da Paz partilhava muitas das características dos Estudos Estratégicos, em particular o seu enfoque nos conflitos entre-Estados e a abordagem behaviorista. A principal distinção entre os dois são os diferentes pressupostos normativos. A preocupação dos Estudos Estratégicos é um Estado alcançar a vitória ou evitar a derrota, se necessário através do uso da força militar, enquanto a preocupação da Investigação da Paz é identificar as causas do conflito¹⁰. No início a componente da Investigação da Paz que investiga a paz é influenciada pelo Marxismo e suas preocupações com a injustiça social estrutural, que viria a ser substituída por uma influência da tradição liberal com a teoria da paz democrática.

Tabela 2: Investigação da Paz e outras áreas de estudo próximas

Estudos Estratégicos <i>(a partir dos anos 1950)</i>	Investigação da Paz <i>(a partir dos anos 1950)</i>	Estudos para a Paz <i>(a partir dos anos 1970)</i>	Outras ciências sociais <i>(a partir dos anos 1980)</i>
Teoria dos jogos, modelos formais, matemática	Principalmente economia e política mas igualmente outras ciências sociais Construtivismo convencional a partir dos anos 1980	Sociologia, psicologia, antropologia, política, economia, resolução de conflitos, transdisciplinar	Construtivismo crítico, Escola de Copenhague, estudos críticos, feminismo, Segurança humana, estudos estratégicos, pós-colonialismo, pós-estruturalismo
Como vencer ou não perder a guerra?	Quais são as causas da guerra?	Como transformar a guerra em paz positiva através da investigação, educação e ação?	Que formas de relações de poder existem (e como as superar)?
Não normativo, positivista, racionalista		Normativo, pós-positivista, refletivo, investigação através da ação participativa	Normativo, pós-positivista, refletivo
Enfoque na explicação do fenómeno de forma a poder prevê-lo e controlá-lo		Enfoque na compreensão e reconstrução do fenómeno, sua crítica e transformação ou restituição e emancipação	

⁸ <http://jcr.sagepub.com/> consultado a 5 de Setembro 2016.

⁹ <http://jpr.sagepub.com/> consultado a 5 de Setembro 2016.

¹⁰ Por isso se pode referenciar esta área de “Investigação da Paz” em vez de “Investigação da Paz e Conflito”.



Estudos de Segurança Internacional (ou estudos de segurança) é uma das áreas de reflexão das Relações Internacionais que surge após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado por três aspetos inovadores: uma mudança conceptual do enfoque na guerra e defesa para a segurança (alargando o leque de assuntos políticos abordados); uma preocupação com os assuntos da Guerra Fria e em particular as armas nucleares; e a importância de outras ciências civis não-militares (física, economia, sociologia ou psicologia) nos estudos da guerra agora definida como segurança.

Durante as primeiras décadas da Guerra Fria, os Estudos da Segurança Internacional são distintos das Relações Internacionais pelo seu enfoque no uso da força tal como configurado nos Estudos Estratégicos. Desde o final dos anos 1960 a agenda dos Estudos de Segurança Internacionais é alargada e a segurança é crescentemente não só uma questão política e militar sobre o uso da força mas também relacionada com a economia, o ambiente e a sociedade. Desde esta altura a principal distinção entre os Estudos de Segurança Internacional e as Relações Internacionais é o seu enfoque no conceito de segurança (Buzan e Hansen, 2009).

Buzan e Hansen (2009) identificam quatro questões estruturantes dos Estudos de Segurança Internacional: privilegia-se o Estado como objeto de referência?; incluem-se ameaças internas assim como ameaças externas?; alarga-se a segurança além do setor militar e o uso da força?, e considera-se a segurança como indissociavelmente ligada às dinâmicas de ameaça, perigos e urgência?

Todas estas questões estão alinhadas com as questões da Investigação da Paz. Definidos desta forma os Estudos de Segurança Internacional são "um rótulo abrangente que inclui trabalho de investigadores que se referenciam como fazendo [...] 'investigação da paz', ou outros rótulos específicos" (Buzan e Hansen, 2009, p. 1).

Desta forma a Investigação da Paz é uma das áreas dos Estudos da Segurança Internacional juntamente com outras abordagens ao tema da segurança.

A Investigação da Paz é também conceptualizada associada intrinsecamente com a acção e a educação para a paz, uma tríade designada como Estudos para a Paz, definidos como relacionados com

"a condição humana em geral, preocupada com a nossa satisfação (fullfillment) (...) como seres humanos através da paz positiva, e a redução do sofrimento (...) através da paz negativa, indiferentemente de como as cadeias causais ou círculos e espirais, ou outros aspetos (or what not), giram ou traçam as suas formas através dos humanos multifacetados" (Galtung J. , 2010, p. 24).

Os Estudos para a Paz podem ser caracterizados por serem: transdisciplinares, ao integrar diferentes disciplinas das ciências sociais (por exemplo sociologia, psicologia social, ciência política, economia); trans-nível por relacionarem os níveis de análise micro, meso, macro e mega; trans-fronteiras, por nenhuma região geográfica ou sistema dever



ser dominante; empírico mas igualmente crítico e construtivo de soluções; e, prático, implementado pelo investigador/praticante (Galtung J. , 2010; Galtung J. , 2008)¹¹.

As origens dos Estudos para a Paz podem ser simbolicamente associadas com o pioneiro trabalho de Johan Galtung iniciado em 1958, apesar de trabalho normativo sobre a paz e sua promoção ter ocorrido anteriormente, em particular em trabalho académico e de acção religiosa.

Investigadores e praticantes dos Estudos para a Paz podem realizar investigação experimental participativa que "afirma o valor essencial do conhecimento prático ao serviço da prosperidade humana" (Heron & Reason, 1997, p. 1) e têm um compromisso com a emancipação transformativa para a realização do potencial humano. A ação emancipativa é realizada através de uma abordagem não-violenta, quer seja com base num pacifismo de princípio, tal como com Mahatma Gandhi ou Martin Luther King, como assente num pacifismo pragmático tal como identificado por Gene Sharp (1971) (Oliveira, 2016).

Os objetivos e âmbito da revista *Peace and Change* (Paz e Mudança) são ilustrativos do enfoque dos Estudos para a Paz.

*"Peace and Change publica artigos académicos e interpretativos sobre a realização de uma sociedade pacífica, justa e humana. Com um enfoque internacional e interdisciplinar, a revista estabelece uma ponte entre investigadores, educadores e ativistas da paz. Publica artigos num alargado leque de assuntos relacionados com a paz, incluindo movimentos e ativismo para a paz, resolução de conflitos, não-violência, internacionalismo, assuntos de raça e género, estudos inter-culturais, desenvolvimento económico, o legado do imperialismo e a agitação pós-Guerra Fria"*¹².

Alguns investigadores consideram a Resolução de Conflitos como uma sub-área dos Estudos para a Paz. De uma maneira geral a Investigação da Paz, Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos partilham um compromisso normativo de que as soluções para as causas de conflitos devem ser encontradas através de processos e meios não-violentos – "paz por meios pacíficos" (*peace by peaceful means*): o conflito, e o conflito violento em particular, são considerados uma doença que deve ser curada, sendo que este objectivo da paz deve ser atingido também por meios não-violentos.

A Resolução de Conflitos começou aproximadamente no mesmo período dos Estudos de Segurança Internacional e da Investigação da Paz. Nos anos 50 e 60 analisa-se o conflito como sendo um fenómeno específico que ocorre nas relações internacionais, política

¹¹ Algumas organizações que combinam pelo menos duas componentes da tríade de investigação, educação e ação (consultoria) são o TRANSCEND, fundado por Johan Galtung, a *Transnational Foundation for Peace and Future Research* e a INCORE.

¹² [http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1468-0130/homepage/ProductInformation.html](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1468-0130/homepage/ProductInformation.html) consultado a 27 de Setembro 2016.

A revista *Peace and Conflict Studies* (Estudos da Paz e Conflito) também se define com a mesma orientação da definição aqui utilizada de Estudos para a Paz.



doméstica, relações industriais, comunidades, famílias e indivíduos¹³. A investigação e prática na Resolução de Conflitos é realizada pelos, ou muito mais próxima dos, atores dos processos políticos, frequentemente em longas sessões de trabalho de resolução de problemas ou iniciativas de mediação. Desde a sua origem que a Resolução de Conflitos se define como multinível, multidisciplinar, multicultural, analítica e normativa, teórica e prática (Ramsbotham, Woodhouse, & Miall, 2011).

Os fundamentos práticos e normativos dos Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos, com vista à transformação da guerra numa paz sustentável, estão em tensão com as preocupações académicas behavioristas sobre o método de investigação científico. Investigadores e ativistas da paz e conflito viriam a ficar divididos sobre estes assuntos durante a “revolução socialista”. Investigadores behavioristas da Investigação da Paz reconhecem que a investigação académica deve ser relevante para o mundo contemporâneo mas ao mesmo tempo consideram que o conhecimento só pode ser alcançado seguindo procedimentos científicos muito específicos que garantam a objetividade e que não podem ser comprometidos pela praticabilidade ou aplicabilidade do conhecimento. De uma forma geral o enfoque destes investigadores é em identificar as causas da guerra primeiramente como um contributo para o conhecimento e somente depois com uma preocupação pelo seu uso subsequente em política pública. Nos primeiros anos do JPR existia um requisito para que os artigos tivessem uma seção final com recomendações políticas, mas esse requisito foi descartado pois essas recomendações tinham pouca relevância na medida em que não eram o enfoque do artigo mas um seu sub-produto (Wiberg, 2005). Adicionalmente os investigadores behavioristas da Investigação da Paz consideram que considerações normativas sobre o que é bom ou mau devem estar circunscritas, se existentes, à escolha do objeto de estudo – a pergunta de investigação – e que o processo de investigação deve ser neutro de influências políticas. Finalmente, os investigadores da Investigação da Paz optam por uma multidisciplinaridade que segue os métodos de investigação científicos estabelecidos em cada disciplina, em vez de adotarem a transdisciplinariedade proposta pelos Estudos para a Paz.

Investigadores (e praticantes) normativos dos Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos consideram que uma pessoa nunca pode ser politicamente neutra e que julgamentos de valor sobre o que é bom ou mau estão subjacentes não só na pergunta de investigação mas também no processo de investigação. Adicionalmente, porque o investigador necessariamente tem os seus próprios valores, este tem uma certa responsabilidade pelas implicações práticas da sua investigação. Desta forma o investigador é moralmente obrigado a ser prático, o que pode significar desenvolver recomendações políticas e, em alguns casos, executar/implementar política.

É esta orientação normativa da investigação e a sua aplicabilidade ou praticabilidade que mais distingue os Estudos para a Paz e Resolução de Conflito da Investigação da Paz. Ver a tabela 3 para um sumário dos aspetos diferenciadores da Investigação da Paz.

¹³ Para uma apresentação da evolução da Resolução de Conflitos ver Kriesberg (2009) e Ramsbotham, Woodhouse, e Miall (2011).



Tabela 3: Aspectos diferenciadores da Investigação da Paz

	Investigação da Paz	Ciência Política / Relações Internacionais	Estudos Estratégicos	Estudos de Segurança Internacional	Estudos para a Paz	Resolução de Conflitos
O que é estudado						
Paz e Conflito	x	x	<u>x</u>	x	x	x
Outro focus		<u>x</u>				
Como é estudado						
Neutro/objetivo	x	x	x	x		x
Normativo/subjetivo		x		x	<u>x</u>	x
Prática					x	<u>x</u>

Nota: Neutro/objetivo significa que o enfoque da investigação é "como é que as coisas são". Normativo/subjetivo significa que o enfoque da investigação é "como é que as coisas deviam ser". As cruces sublinhadas identificam os aspetos diferenciadores em relação à Investigação da Paz. Para os Estudos Estratégicos a cruz com um ponto em "Paz e Conflito" refere-se aos diferentes pressupostos de investigação da mesma variável dependente. Seguimos a definição dos Estudos de Segurança Internacional de Buzan e Hansen (2009).

Finais dos anos 1950 até aos finais dos anos 1960

O início da Investigação da Paz está associado ao desenvolvimento de uma comunidade epistemológica de investigadores nos EUA e Europa que sistematicamente estudam a paz e o conflito com uma abordagem behaviorista.

Nos anos 50 e 60 a abordagem behaviorista tem suficientes praticantes para que se considere que um "segundo grande debate" ocorre nas Relações Internacionais opondo as abordagens "tradicionalistas" às "behavioristas"¹⁴.

Investigadores tradicionalistas seguem uma abordagem da filosofia política clássica baseada na interpretação histórica, filosofia jurídica ou teorias de causalidade baseadas em dinâmicas não observáveis da natureza humana. O investigador é considerado inevitavelmente normativo na sua investigação, utiliza essencialmente métodos qualitativos e não existem requisitos para que as teorias sejam validadas empiricamente.

Investigadores behavioristas defendem uma investigação mais objetiva, neutral (não-normativa) e empírica, que possa racionalmente explicar os comportamentos observáveis dos Estados (ou outros atores). Defendem a adopção das metodologias de investigação das ciências exatas, em particular o seu enfoque em teoria pura, quantificação e identificação de causalidade. Esta é considerada a "revolução científica" que teve expressão também nas correntes Realistas e Liberais das Relações Internacionais assim como na Investigação da Paz.

Um dos desenvolvimentos teóricos da abordagem behaviorista foi conceptualizar três níveis de análise na identificação das causas da guerra: o indivíduo, o Estado-nação e o sistema internacional (Waltz K. N., 1959; Singer, 1961).

"O nível do indivíduo tem o enfoque principal na natureza humana e nos líderes políticos individuais, seus sistemas de crenças, processos psicológicos, Estados emocionais e personalidades. O nível do Estado-nação (ou nacional) inclui fatores

¹⁴ A principal referência deste debate são as críticas ao behaviorismo por Bull (1966) e a sua defesa por Kaplan (1966).



como o tipo de sistema político (autoritário ou democrático, e suas variantes), a estrutura da economia, a natureza dos processos políticos, o papel da opinião pública e grupos de interesse, etnicidade e nacionalismo, e a cultura política e ideologia. O nível do sistema inclui a estrutura anárquica do sistema internacional, a distribuição de poder económico e militar entre os Estados principais no sistema, padrões de alianças militares e comércio internacional, e outros fatores que constituem os ambiente externo de todos os Estados” (Levys, 2011, p. 14).

A comunidade epistemológica da Investigação da Paz é principalmente ocidental (América do Norte, Europa Ocidental e Japão) com duas iniciativas de referência a surgirem em Michigan, nos EUA, e em Oslo, na Noruega¹⁵.

Na Universidade de Michigan, em 1957, Kenneth Boulding e um grupo de académicos fundam o *Journal of Conflict Resolution* (JCR) (Revista de Resolução de Conflitos)¹⁶ com um enfoque multidisciplinar e empírico; em 1959 criam o Center for Research on Conflict Resolution (*Centro para a Investigação da Resolução de Conflitos*), e em 1964 iniciam o projeto Correlates of War (COW) dirigido por J. David Singer e Melvin Small, com o objetivo de sistematicamente recolher dados sobre conflitos entre-Estados e extra-sistémicos¹⁷. O projeto COW seria uma referência para muito do trabalho empírico na área de conflito que foi desenvolvido desde então.

Na Noruega, o Peace Research Institute Oslo (PRIO) (*Instituto de Investigação da Paz em Oslo*) é fundado em 1959 e o *Journal of Peace Research* (JPR) (revista de Investigação da Paz) é criado em 1962. Johan Galtung é um dos principais fundadores de ambas as iniciativas e o seu trabalho a partir dos anos 60 iria reconceitualizar a “paz” de uma forma que se pode considerar preconizadora do primeiro desafio à Investigação da Paz e ao nascimento dos Estudos para a Paz.

A escolha de “Conflito” em Michigan e “Paz” em Oslo reflete uma controvérsia existente relativamente à palavra “Paz”. Não só movimentos para a “Paz” eram vistos na altura como protegendo os interesses soviéticos, mas “Paz” era percebida como dissociada da política pura dos conflitos. Institutos estabelecidos desde então irão optar por um enfoque na paz e/ou conflito, frequentemente identificado no seu nome.

Finais dos anos 1960 até aos finais dos anos 1980

Em 1969 Johan Galtung redefine o conceito de paz positiva e paz negativa (propostos em 1964) para apresentar o conceito distintivo de violência estrutural. A paz negativa é definida como a cessação da violência direta (guerra que resulta do conflito violento preconizado por atores), enquanto a paz positiva é definida como a remoção de violência estrutural, um conceito próximo da injustiça social onde a violência não é preconizada por atores mas resulta da estrutura do sistema social. Inicialmente aplicada à

¹⁵ Para uma mais detalhada revisão das iniciativas institucionais desta área ver Buzan e Hanse (2009).

¹⁶ Inicialmente baseado no Center for Advanced Studies in Behavioural Sciences (*Centro para Estudos Avançados em Ciências Comportamentais*) estabelecido em Stanford em 1954. A partir de 1971 a revista é domiciliada na Universidade de Yale.

¹⁷ A base de dados de conflitos entre-Estados é publicada pela primeira vez em 1972. Trabalho anterior de recolha de dados quantitativos sobre conflito dependeu de iniciativas individuais, como foi o caso de Sorokin (1937), Wright (1942) e Richardson (1960). Conflito extra-sistémico refere-se à guerras coloniais de independência.



desigualdade económica, a violência estrutural viria a ser associada também à violência em sistemas sociais e culturais. Adicionalmente, concretizar a paz positiva não significa unicamente a cessação do conflito mas também a gestão de conflito por meios não-violentos.

Tabela 4: Paz Positiva, Paz Negativa e Guerra

Paz Positiva	Paz Negativa	Guerra
Conflito não-violento		Conflito violento
Justiça social	Violência estrutural	Violência direta

Fonte: adaptado de Pfetsch e Rohloff (2000, p. 382)

Existe uma importante alteração conceptual do tradicional enfoque no conflito para um enfoque nas condições da paz. O objeto de referência é alterado para coletividades humanas (em vez de Estados) permitindo uma análise de conflitos não só entre-Estados mas igualmente ao nível intra-Estado e trans-estatais. Adicionalmente o enfoque não é só no setor militar mas também no setor económico como fontes de violência. Esta conceptualização estabelece uma ligação entre a tradição Idealista do Liberalismo clássico e a tradição Marxista (Buzan & Hansen, 2009) e foi rotulada como a "revolução socialista" na Investigação da Paz (Gleditsch N. P., 2008).

O conceito da paz negativa é criticado por ainda ser definido em oposição ao conflito (como a negação do conflito) e por ser de uma natureza menos urgente que a guerra, enquanto o conceito de "violência estrutural" da paz positiva é criticado por ser demasiado abrangente e vagamente definido (Boulding, 1977)¹⁸.

O conceito de violência estrutural foi "uma ferramenta académica para mudar o enfoque da exclusiva atenção no conflito Este-Oeste para uma maior atenção ao conflito Norte-Sul" (Gleditsch, Nordkvelle, & Strand, 2014, p. 148). Esta mudança reflete o que eram as preocupações Europeias na pós-Segunda Guerra Mundial que se alteram da reconstrução económica e crescimento para, nos anos 60, se focarem em questões de justiça, autonomia e igualdade, também em relação ao mundo pós-colonial (Kriesberg L., 2009). Este período político é muitas vezes referido como "1968", caracterizado pela guerra americana no Vietname, a invasão da Checoslováquia pela União Soviética e movimentos da sociedade civil, em particular os protestos estudantis nos EUA, Europa e alguns países de Leste (Wiberg, 2005).

Os académicos que seguiram esta abordagem estão essencialmente localizados na Europa, identificados como a abordagem maximalista ou estruturalista europeia, com alguma investigação a procurar operacionalizar a "violência estrutural" de forma a poder ser validada empiricamente, entre outros por Wallesteen (1973) na sua investigação sobre as estruturas de comércio e estruturas de guerra (Wiberg, 2005). Na América do Norte académicos mantêm um enfoque na investigação das (causas das) guerras, identificados como a abordagem pragmática.

O alargamento do objeto de análise seria refletido no JCR e JPR. O JPR alarga o seu âmbito em 1973 para não só tratar os assuntos relativos à guerra entre-Estados e nuclear (dissuasão e desarmamento) mas também justiça, desigualdade, dignidade humana,

¹⁸ O conceito de violência estrutural seria aplicado a diversas áreas: estudos do desenvolvimento, imperialismo, conflito doméstico, ambiente, direitos humanos e exploração económica (Buzan & Hansen, 2009).



equilíbrio ecológico e conflito intra-Estado (Russett & Kramer, 1973). Muitos dos artigos do JPR nos anos 70 e 80 são sobre a violência estrutural e a paz positiva (Gleditsch, Nordkvelle, & Strand, 2014).

A violência estrutural é também uma mudança epistemológica preconizada por Galtung, abandonando a sua inicial orientação não-normativa, behaviorista e empírica que “procura a invariância”, preocupada com “o que é a realidade” (que utiliza até 1958), adoptando uma orientação normativa de “quebrar a invariância”, preocupada com a procura de uma outra realidade – “o potencial”. Em violência estrutural, a violência é definida como a causa da diferença entre “o potencial e o atual, entre o que poderia ser e o que é” (Galtung J. , 1969, p. 168). Este compromisso normativo é premonitório das novas abordagens epistemológicas que surgem nos anos 80 com o refletivismo e pós-positivismo, e em particular influencia diretamente os estudos femininistas e a teoria crítica (Pureza, 2011).

Esta mudança epistemológica ocorre no contexto de um movimento pacifista plural, com alguns grupos influenciados pelo Marxismo (principalmente com um pendor Maoísta), que consideram o tom neutral das ciências behavioristas inaceitável (Gleditsch, Nordkvelle, & Strand, 2014). No final dos anos 60, ativistas da paz e idealistas reconhecem legitimidade às preocupações Soviéticas enquanto a escola tradicional de Relações Internacionais e investigadores da Investigação da Paz se focam na manutenção das democracias liberais. Tanto nos EUA como na Europa ocorre um debate sobre a possibilidade do uso do conflito aberto violento para situações em que grupos marginalizados desafiam o *status quo* na procura de uma paz mais justa e permanente, inspirados no Marxismo-Leninismo revolucionário (Rogers & Ramsbotham, 1999). Para alguns o uso da violência está em contradição com o que significa a Investigação da Paz, a transformação da guerra em e por processos políticos não-violentos, mesmo que só alcançando a paz negativa. A violência estrutural Norte-Sul foi o compromisso não-violento proposto neste debate, característico do Marxismo social-democrata evolutivo¹⁹.

O desafio normativo divide os investigadores sobre a paz e conflito até aos dias de hoje em duas comunidades epistemológicas com pouca fertilização cruzada. Investigadores positivistas não-normativos (que seguem a tradição behaviorista), neste artigo pertencentes à Investigação da Paz, estão mais associados com a Peace Science Society (*Sociedade da Ciência da Paz*) (criada por Walter Isard em 1963) nos EUA e a International Studies Association (ISA) e revistas como a JPR e JCR.

Investigadores normativos e ativistas, neste artigo pertencentes aos Estudos para a Paz, estão mais associados com a International Peace Research Association (IPRA) (estabelecida em 1965) e revistas como Peace and Change, Peace Review ou Journal of Social Justice²⁰.

Apesar de ambas as abordagens terem desenvolvido programas de investigação e ensino na academia, a orientação científica da abordagem behaviorista na Investigação da Paz conduziu ao seu maior reconhecimento nos índices de avaliação de investigação

¹⁹ Para mais detalhes ver Schmid (1968).

²⁰ O momento determinante desta cisão ocorre em relação às posições assumidas por investigadores relativamente à Guerra no Vietname em duas conferências. Uma em 1968 nos EUA e outra em 1969 em Copenhaga (Gleditsch, Nordkvelle, & Strand, 2014). A seção de Estudos da Paz é criada no ISA em 1972.



científica, enquanto os Estudos para a Paz normativos são menos reconhecidos cientificamente mas mais identificados ao nível das bases, no terreno²¹.

O desafio conceptual e normativo na “revolução socialista” dos anos 70 conduz a um período de alargamento conceptual excessivo. Gleditsch (2008) caracteriza a Investigação da Paz nos anos 80 como nos seus “anos na selva” (*wilderness years*), com uma fraca metodologia e paz como qualquer coisa, um “buraco negro” onde “qualquer problema social [...] encontra um lugar legítimo na investigação da paz...” (Tromp, 1981, p. xxvii).

A partir dos finais dos anos 1980

Com o fenómeno da Guerra-Fria interiorizado e a compreensão de que a humanidade tinha aprendido a viver com a ameaça de uma guerra nuclear, nos anos 80 a Investigação da Paz é novamente desafiada. A conceptualização dominante da Investigação da Paz na Guerra Fria define os Estados como o principal objeto de referência, está principalmente preocupada com o uso da força, e o seu enfoque é nas ameaças externas que devem ser geridas através de medidas de emergência, investigado com métodos positivistas não-normativos e epistemologias racionalistas (Buzan & Hansen, 2009).

O alargamento do enfoque na Investigação da Paz nos anos 80 ocorre principalmente na natureza das ameaças, para considerar as ameaças internas juntamente às externas. Outros tipos de violência interna são investigadas como, por exemplo, a morte de civis pelas mãos dos governos, e o JPR alarga o seu âmbito para considerar o terrorismo, a repressão policial e paramilitar e a injustiça na divisão do trabalho tanto nacional como internacional. O JCR reflete o interesse nos conflitos intra-Estado para os incluir no âmbito da revista e o projeto COW publica a sua primeira base de dados de conflitos intra-Estado em 1982.

No pós-Guerra Fria o conflito intra-Estado torna-se no mais relevante tipo de conflito, com um máximo de ocorrências em 1991. Dois debates são ilustrativos do enfoque da investigação: um, sobre a iniciação da guerra civil e outro sobre a natureza da guerra.

O debate sobre a iniciação da guerra civil opõe a hipótese da viabilidade do conflito à hipótese de ressentimento de grupos. A hipótese da viabilidade sugere que as guerras civis são mais prováveis se forem financeiramente e militarmente viáveis, com fatores económicos de ganância também significativamente associados à iniciação da guerra civil (Collier, Hoeffler, & Rohner, 2009). A hipótese de ressentimento sugere que as desigualdades horizontais²² são um fator significativo para prever uma rebelião (Buhaug, Cederman, & Gleditsch, 2014), continuando uma linha de uma investigação antiga que liga conflitos a grupos étnicos.

O debate sobre a natureza da guerra civil é centrado na distinção entre “velhas” e “novas” guerras (Kaldor, 1999)²³. As guerras velhas eram feitas por exércitos regulares, relativamente a assuntos geopolíticos ou ideologia, através de batalhas que tinham como

²¹ Em 2015 o ranking de revistas da SCImago que mede a influência científica das revistas lista o JPR e JCR no primeiro quartil do ranking enquanto das três revistas normativas referidas anteriormente só a Peace Review é identificada no quarto quartil.

²² Quando a desigualdade, exclusão social e pobreza ocorrem em simultâneo com identidade ou delimitações regionais.

²³ Outras classificações incluem: guerras entre pessoas (Smith, 2005), guerras de terceiro tipo (*third kind*) (Holsti, 1996), guerras híbridas (Hoffman, 2007), privatização das guerras (Munkler, 2005) ou guerras pós-modernas (Hables Gray, 1997).



objetivo o controlo do território e eram financiadas pelo Estado. As novas guerras envolvem mais atores estatais e não-estatais (forças armadas regulares, empresas de segurança contratadas, mercenários, jihadistas, senhores da guerra, paramilitares), são travadas por questões de identidade (étnicas, religiosas ou tribais), não são caracterizadas por batalhas mas pelo controlo do território conseguido através do deslocamento das populações e financiadas por um conjunto de diferentes fontes de receita assegurada através do uso da violência (saque, pilhagem, "tributação" da ajuda humanitária, apoio das diásporas, sequestros ou contrabando de petróleo, diamantes, drogas ou pessoas) (Kaldor, 1999; 2013).

Projetos de bases de dados acompanharam estas mudanças assim como os desenvolvimentos tecnológicos de recolha de dados. Entre outros, o projeto de Minorias em Risco (*Minorities at Risk*) iniciado em 1986 por Ted Gurr, contém informação sobre grupos étnicos politicamente ativos, e a Universidade de Uppsala na Suécia desenvolveu as bases de dados de violência unilateral (*one sided violence*) em 2007²⁴ e violência não-estatal em 2012²⁵, ambas próximas das características das "novas" guerras, juntando-se à base de dados de violência baseada no Estado (intra-Estado)²⁶ lançada pela primeira vez em 2002, mais próxima do conceito de "velhas" guerras. Apesar do conflito baseado no Estado continuar a ser o mais mortífero, outros tipos de violência tornaram-se mais recorrentes. Por exemplo, existe um crescimento continuado no número de conflitos não-estatais ativos, com um rácio em relação aos conflitos baseados no Estado a crescer de 1,07 em 2011 para 1,4 em 2015 (Melander, Pettersson, & Themnér, 2016). Ver a figura 2 para uma tipologia de conflito armado²⁷.

Em resultado de novas tecnologias a codificação dos dados torna-se cada vez mais desagregada: na identificação dos atores envolvidos; geograficamente é desagregada abaixo da unidade Estado para ter referência geográfica ao nível da vila, e; temporalmente desagregando a unidade ano para o dia específico dos eventos, como é um exemplo a base de dados UCDP Georeferenced Event Dataset (GED) (Sundberg & Melander, 2013).

Figura 2: Tipologia de conflito armado



Fonte: Eck (2008, p. 35)

²⁴ Em que a violência do Estado ou grupos não-estatais têm como alvo civis.

²⁵ Em que a violência ocorre entre grupos não-estatais.

²⁶ Em que a violência ocorre entre o Estado e grupos não-estatais.

²⁷ Conflitos extra-estatais são guerras de independência colonial. Existe um conjunto de outros eventos violentos que ocorrem em conflitos não identificados nesta figura: motins, demonstrações violentas, repressão, violência indireta contra civis, crime organizado, guerras entre gangues, senhores da guerra, banditismo, assassinatos (Eck, 2008).



A agenda económica da Investigação da Paz proposta pela “revolução socialista” é parcialmente integrada nos anos 70 na disciplina Estudos do Desenvolvimento e Economia Política Internacional e a Investigação da Paz é predominantemente caracterizada pela ciência política nos anos 80 (Gleditsch N. P., 1989)²⁸.

O focus na paz na Investigação da Paz é principalmente representada pela investigação da Paz Liberal, onde é proposto que a democracia e justiça são essenciais a uma paz sustentável dentro e entre Estados. A ideia é que a democracia é mais controlada pelos cidadãos que são menos predispostos a iniciar guerras entre-Estados do que os seus líderes e que as democracias têm mecanismos pacíficos para lidar com o conflito intra-Estado. O debate sobre a teoria da paz democrática foi iniciado com a proposta que os Estados democráticos são menos propensos a entrarem em guerras uns com os outros (Doyle M. W., 1983; 1986) mas passados vinte anos as suas proposições ainda são debatidas (Doyle M. , 2005; Rosato, 2003).

De uma forma geral a Investigação da Paz sobrevive ao final da Guerra-Fria (associada com o fim do muro de Berlim em 1989) e o seu enfoque adapta-se a uma nova realidade. O JPR nos anos 90 e primeira década do século XXI foca-se nos assuntos clássicos de redução do conflito armado, apresentando investigação mais sobre guerras intra-Estado do que inter-Estados, sobre outras formas de conflito e sobre a possibilidade da paz democrática. Na primeira década do século XXI, tanto no JPR como no JCR existe uma crescente publicação de artigos sobre os temas dos direitos humanos, paz democrática e pacificação/construção da paz, e ambas as revistas continuam a publicar artigos com teoria de jogos e modelos formais. O principal enfoque continua a ser o conflito, com artigos com a palavra “conflito” a terem mais do que a média de citações, e com a palavra “paz” menos do que a média de citações dos artigos na revista JPR no ano 2000 (Gleditsch, Nordkvelle, & Strand, 2014).

Um novo debate deste período que atrai muita atenção, tanto na academia como no público em geral, é se o final da Guerra Fria significa que a agenda da paz democrática liberal se tornou no único sistema aceite (*only game in town*) ao ponto de ter sido identificado como um “momento do fim da história” (Fukuyama, 1989) ou se as causas do conflito seriam agora encontradas no “choque de civilizações” (Huntington, 1993) baseado em identidades religiosas ou culturais.

Um desenvolvimento dos anos 80 e do período pós-Guerra Fria em particular é o aumento das abordagens epistemológicas nas ciências sociais. Duas dicotomias agrupam as diferentes abordagens: os racionalistas versus refletivistas e os positivistas versus os pós-positivistas.

Kehoane (1988) propõe a distinção entre abordagens racionalistas e refletivistas. Abordagens racionalistas utilizam teorias de escolha racional para explicar o comportamento dos atores baseado nas suas preferências individuais. Refletivistas consideram que os racionalistas não identificam a importância do contexto nos processos de decisão, e que o comportamento dos atores é o produto de uma “conjuntura”: a combinação histórica dos constrangimentos materiais, padrões de pensamento social e iniciativas individuais. A abordagem refletivista tem em consideração estes fatores e

²⁸ Para uma revisão da literatura da ciência económica sobre a guerra civil ver Blattman e Miguel (2010).



considera que a aprendizagem e reflexão individual e social conduzem a mudanças nas preferências e podem mesmo determinar processos de causalidade²⁹.

Ao contrário dos racionalistas as preferências não são consideradas fixas. Os valores, normas e práticas variam no tempo e entre culturas. Desta forma é necessário ter em consideração mudanças de "consciência". "Reflexividade" na ação social significa que existe uma relação bidirecional entre causa e efeito em que nenhum fator pode ser considerado como causa ou efeito. Considera-se que existe uma necessidade não só de explicar e medir o comportamento dos atores mas também compreender o significado intersubjetivo e discursivo que influenciam as escolhas dos atores.

Lapid (1989) foca a sua análise no problema do sujeito-objeto nas ciências sociais, onde a separação entre o investigador (sujeito) e o fenómeno (objeto) é menos clara do que nas ciências exatas. Nas ciências sociais os seres humanos criam teorias sobre si mesmo e a aspiração positivista behaviorista de um investigador neutral separado do fenómeno analisado é considerada impossível de conseguir. Em alternativa Lapid destaca as abordagens pós-positivistas nas ciências sociais onde a unidade de análise são paradigmas constituídos por uma tríade do fenómeno (empírico), análise (teoria, hipóteses e explicações) e a temática (os pressupostos e perspectiva epistemológica). No centro da tríade está o cientista "social-intelectual-ético" (Hooker, 1987, p. 10; Lapid, 1989, p. 240).

Com base nestes papéis constituídos e constitutivos do cientista deve existir um enfoque nos pressupostos subjacentes na investigação: as perspetivas que os cientistas adoptam quando constroem o fenómeno. O empiricismo positivista (regularidades observáveis) é assim desafiado a diferentes níveis pelo pós-positivismo no sentido em que: a) o empiricismo deve estar subordinado às perspetivas adoptadas pelo investigador; b) as perspetivas não devem ser limitadas pela sua possível verificação; e, c) as perspetivas podem ter uma capacidade normativa de criar as realidades empíricas previstas pelas perspetivas. Esta preponderância das perspetivas sobre o empiricismo significa que a objetividade e verdade são relativas, dependentes dos paradigmas situados histórica e socialmente, das perspetivas do investigador e das diversas abordagens metodológicas que podem ser utilizadas³⁰.

As abordagens racionalistas, que utilizam a teoria de escolha racional, têm normalmente uma posição positivista – procuram mecanismos objetivos de causa-efeito que podem ser verificados empiricamente. Este é o caso dos investigadores behavioristas da Investigação da Paz. Abordagens refletivistas têm normalmente uma posição pós-positivista, mais próxima de investigadores normativos dos Estudos para a Paz.

As novas abordagens epistemológicas a partir dos anos 80 são aplicadas ao estudo da paz e conflito conduzindo ao desenvolvimento de novas áreas de investigação dentro do vasto rótulo dos Estudos de Segurança Internacional. Estudos linguísticos salientam a importância da língua e da representação discursiva do objeto em análise. O pós-estruturalismo sublinha como todos os fenómenos existem somente através de uma

²⁹ Abordagens refletivistas incluem: abordagens interpretativas baseadas na interpretação histórica e textual, abordagens materialistas histórico-social na tradição Marxista, teoria política baseada na filosofia política clássica e direito internacional.

³⁰ Este pós-positivismo relativista e pluralismo metodológico colocam em questão a visão de progresso científico de Thomas Kuhn (Kuhn, 1962) onde as revoluções científicas conduzem à adopção de novos (melhores) paradigmas que substituem os paradigmas antigos. Em alternativa o pós-positivismo considera a existência de uma diversidade de paradigmas igualmente legítimos.



representação discursiva que é permeada por relações de poder. A teoria feminista, que surge nos anos 80 inspirada nos movimentos de libertação femininos dos anos 60 e 70, explora a dinâmica do patriarcado. A teoria crítica é herdeira da abordagem normativa proposta por Galtung na “revolução socialista” (Pureza, 2011). Em particular, os estudos críticos de segurança desafiam o entendimento da segurança dos realistas baseados no setor militar, Estado e jogos de soma nula, que deve ser substituído por um projeto de emancipação humana (Collective, 2006). O construtivismo (convencional e crítico) sublinha o papel relevante das ideias, culturas, normas e identidades, e é adoptado pelos Estudos Críticos de Segurança e pela Escola de Copenhague. Os pós-colonialistas salientam as relações de poder entre o “Ocidente e o resto” e partilham a tradição Marxista no conceito de “violência estrutural”. A segurança humana alarga o conceito de “violência estrutural” ligando segurança ao desenvolvimento (Collective, 2006). A Escola de Copenhague identifica a existência de um processo de “securitização” em que um ator constitui através do discurso um determinado assunto, outro ator ou fenómeno em uma ameaça para um determinado “objeto de referência” (*referent object*) (Estado, sociedade, indivíduo). Com excepção do construtivismo convencional as novas abordagens, em maior ou menor medida, têm em comum um compromisso normativo na sua investigação: expor as relações de poder e identificar uma paz mais justa e humana³¹.

Estes desenvolvimentos epistemológicos também tiveram uma influência na Investigação da Paz, principalmente no que se refere à segurança do ser humano ao nível da sociedade, grupos e indivíduos (não só o Estado). Estas influências localizam-se no seu focus no conflito intra-Estado e assuntos como etnicidade, a morte de civis pelas mãos dos governos, violência não-estatal e, em alguns casos, o estudo da segurança dos indivíduos, possibilitado pela existência de dados desagregados.

O mais significativo acontecimento desde o final da Guerra Fria são os ataques a 11 de Setembro de 2001 que tiveram um impacto na agenda dos Estudos Estratégicos, Estudos de Segurança Internacional e Investigação da Paz, mesmo que parte das suas agendas de investigação tenha continuado inafetada. O impacto ocorre na centralidade do Estado e pressupostos de racionalidade ao se questionar a relevância das redes de atores não-estatais. Politicamente habilitou as perspectivas realistas Ocidentais de segurança próximas às preocupações dos Estudos Estratégicos em detrimento de um liberalismo internacional. Reabre também o debate sobre o uso da força, reforçando o debate dos anos 90 sobre a transformação da guerra e das técnicas de combate, e conduz a maiores preocupações com a proliferação nuclear. Em particular, a política externa dos EUA (e dos países pertencentes à coligação envolvida na guerra no Iraque) foi escrutinizada pelos investigadores pós-estruturalistas, feministas e pós-coloniais com um enfoque nas conceptualizações discursivas da segurança e nas novas tecnologias militares Ocidentais. Muitos dos assuntos da agenda de investigação continuam inalterados: as causas da

³¹ No construtivismo convencional a agência (*agency*) para a ordem e a paz está muito associada ao Estado (o seu principal objeto de referência) com um reconhecimento limitado da agência de instituições ou indivíduos, e adopta uma epistemologia de um “positivismo suave” (*soft-positivism*). Desta forma o construtivismo convencional é um caso excepcional de uma abordagem reflexiva que é positivista. O construtivismo convencional está preocupado com a explicação da ligação entre a construção social da identidade (frequentemente associada com grupos etnolinguísticos), a mobilização política dessa identidade e a violência civil (Sambanis, 2002). O construtivismo crítico coloca a agência em coletividades (o principal objeto de referência) e adopta uma epistemologia narrativa e sociológica pós-positivista.



guerra, segurança regional, política de grandes potências, tecnologia militar, ou assuntos clássicos como a corrida ao armamento e dissuasão (Buzan & Hansen, 2009).

Nos anos 90 a institucionalização da Investigação da Paz continua e, de uma forma geral, a maioria dos institutos sobrevive ao fim da Guerra Fria. A Investigação da Paz é agora caracterizada por uma vasta rede de investigadores, escolas e revistas com um elevado grau de especialização teórica e epistemológica.

Conclusão

A Investigação da Paz teve dois desafios epistemológicos, a “revolução socialista” e as abordagens refletivistas e pós-positivistas, e perdura após o final da Guerra Fria. Nos seus sessenta anos de existência a Investigação da Paz conserva a abordagem behaviorista mas adapta o seu objeto de análise e evolui nos seus métodos de forma a investigar desenvolvimentos no fenómeno de estudo e tecnológicos.

No início do novo século o conflito é essencialmente ao nível intra-estatal mas, de uma forma geral, o mundo tem mais paz do que no século anterior, uma paz baseada no modelo liberal (Gleditsch N. P., 2008).

A investigação behaviorista da Investigação da Paz, ilustrada pelo JPR, caracteriza-se: pela multidisciplinaridade (envolvendo ciências como a política, economia, sociologia ou geografia); por unidades de análise mais desagregadas ao nível do tempo, espaço, instituições, atores ou assuntos; por utilizar modelos de previsão; por ser significativamente empírica, valorizando a quantificação; e, preocupada com a transparência científica, utiliza políticas de replicação (Gates, 2014).

A análise de conflitos inter-Estado tem, em alguns casos, adoptado uma estratégia de investigação com modelos múltiplos (teoria de jogos com estudos de caso e testes quantitativos) e adicionou ao nível sistémico de análise o nível diádico da interação entre Estados incorporando variáveis ao nível social (por exemplo tipos de regime, segurança política de elites ou opinião pública) para explicar processos de decisão. Teorias de conflito internacional tornaram-se mais complexas devido: às dificuldades em identificar o nível de análise apropriado; aos desenvolvimentos em modelos da teoria dos jogos, em particular os que incorporam informação incompleta; a utilizarem sequenciamento nos processos de decisão que conduzem à guerra; e à necessidade de lidar com problemas de endogeneidade (Levy J. S., 2000).

A investigação com a Paz como objeto de análise tem estado menos presente na Investigação da Paz, com excepção dos estudos sobre a paz liberal, paz democrática e paz capitalista. A investigação foca-se nas causas, duração e terminação das guerras civis, reconstrução pós-conflito, golpes de Estado, violência setária, repressão política e crime. Estas análises utilizam métodos de análise estatística mais sofisticados e níveis de análise mais desagregados.

A principal característica da Investigação da Paz é a sua abordagem behaviorista não-normativa, juntamente com o seu enfoque na paz e conflito, características que continuam a congregam novos investigadores para a comunidade epistemológica.



Referências bibliográficas

- Ashcroft, B., Griffiths, G. & Tiffin, H. (2002). *The Empires Wrties Back. Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London and New York: Routledge.
- Axelrod, R. (1984). *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books Inc.
- Azar, E. E. (1990). *The Management of Protracted Social Conflict: Theory and Cases*. Hampshire, England and Brookfield, Vermont: Dartmouth Publishing Company Limited.
- Baylis, J., Smith, S. & Owens, P. (2008). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. New York: Oxford University Press.
- Blattman, C. & Miguel, E. (2010). Civil War. *Journal of Economic Literature*, 48(1), 3-57.
- Booth, K. (1997). Security and Self: Reflections of a Fallen Realist. In K. Krause & M. C. Williams (eds.), *Critical Security Studies: Concepts and Cases* (pp. 83-119). London: UCL Press.
- Boulding, K. E. (1977). Twelve Friendly Quarrels with Johan Galtung. *Journal of Peace Research*, 47(5), 75-86.
- Buhaug, H., Cederman, L.-E. & Gleditsch, K. S. (2014). Square Pegs in Round Holes: Inequalities, Grievances, and Civil War. *International Studies Quarterly*, 58, 418-431.
- Bull, H. (1966, April). International Theory: The Case for a Classical Approach. *World Politics*, 18(3), 361-77.
- Burton, J. W. (1987). *Resolving Deep-Rooted Conflict: A Handbook*. Lanham, MD and London: University Press of America.
- Buzan, B. & Hansen, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buzan, B., Waeber, O. & Wilde, J. de (1998). *Security a New Framework for Analysis*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- Byrne, S. & Senehi, J. (2009). Conflict Analysis and Resolution as a Multidiscipline. In D. J. Sandole, S. Byrne, I. Sandole-Staroste & J. Senehi (eds.), *Handbook of Conflict Analysis and Resolution* (pp. 45-58). New York: Routledge.
- Carr, E. H. (1939). *The Twenty Year's Crisis*. New York: Harper Torchbooks.
- Collective, C. (2006). Critical Approaches to Security in Europe: A Networked Manifesto. *Security Dialogue*, 37, 443-487.
- Collier, P., Hoeffler, A. & Rohner, D. (2009). Beyond Greed and Grievance: Feasibility and Civil War. *Oxford Economic Papers*, 61, 1-27.
- Cravinho, J. G. (2002). *Visões do Mundo*. Lisbon: ICS - Instituto de Ciências Sociais.
- Davidson, W. D. & Montville, J. V. (1981). Foreign Policy According to Freud. *Foreign Policy*, 45, 45-157.
- Deutsch, K. W. (1957). *Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience*. Princeton: Princeton University Press.
- Diamond, L. & McDonald, J. (1991). Multi-Track Diplomacy: A Systems Guide and Analysis. *Iowa Peace Institute Occasional Paper 3*, Iowa Peace Institute.



- Diamond, L. & McDonald, J. W. (1996). *Multi-Track Diplomacy: A Systems Approach to Peace*. West Hartford, CT: Kumarian Press.
- Doyle, M. (2005). Three Pillars of the Liberal Peace. *The American Political Science Review*, 99(3), 463-466.
- Doyle, M. W. (1983). Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs. *Philosophy & Public Affairs*, 12(3), 205-235.
- Doyle, M. W. (1986). Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, 80(4), 1151-1169.
- Duffield, M. (2001). *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. London: Zed Books.
- Dunne, T., Kurki, M. & Smith, S. (. (2013). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press.
- Easton, D. (1965). *A Systems Analysis of Political Life*. New York: Wiley.
- Eck, K. (2008). An Overview and Typology of Conflict Data: The Advantages of Data Diversity. In M. Kauffmann (ed.), *Building and Using Datasets on Armed Conflicts* (pp. 29-40). Amsterdam: IOS Press.
- Fukuyama, F. (1989, Summer). The End of History. *The National Interest* (16), 3-18.
- Galtung, J. (1959). Forsvar Uten Militærvesen. Et Pasifistisk Grunnsyn [Defense Without A Military Establishment. A Pacifist Philosophy Of Life]. Folkereising mot krig. Oslo.
- Galtung, J. (1969). Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.
- Galtung, J. (2008). Galtung - 50 Years with Peace Studies. (J. Oberg, Interviewer). Acedido a 10 Março 2017 em <https://www.youtube.com/watch?v=siSLNNBCA3E>
- Galtung, J. (2010). Peace Studies and Conflict Resolution: The Need for Transdisciplinarity. *Transcultural Psychiatry*, 47(1), 20-32.
- Gates, S. (2014). Journal of Peace Research 50th Anniversary Presidential Roundtable. ISA Conference. Toronto, Canada. Acedido a 1 Março 2017 em <https://www.youtube.com/watch?v=XBUCdZyrbtc>
- Gleditsch, N. P. (1989). Journal of Peace Research. *Journal of Peace Research*, 26(1), 1-5.
- Gleditsch, N. P. (2008, June 3). An Irreverent History of Peace Research. Apresentação Henrik-Steffens-Vorlesung, Universidade Humboldt de Berlim, 3 Junho 2008, Berlin.
- Gleditsch, N. P., Nordkvelle, J. & Strand, H. (2014). Peace Research - Just the Study of War? *Journal of Peace Research*, 51(2), 145-158.
- Goldstein, J. S. & Freeman, J. R. (1990). *Three-Way Street. Strategic Reciprocity in World Politics*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- Hables Gray, C. (1997). *Post-Modern War: The New Politics of Conflict*. London: Routledge.
- Heron, J. & Reason, P. (1997). A Participatory Inquiry Paradigm. *Qualitative Inquiry*, 3(3), 274-294.



- Herz, J. (1951). *Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities*. Chicago: University of Chicago Press.
- Hoffman, F. (2007). *Conflict in the 21st century; The Rise of Hybrid Wars*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies.
- Holsti, K. J. (1996). *The State, War and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hooker, C. A. (1987). *A Realistic Theory of Science*. Albany, N.Y.: State University of New York Press.
- Huntington, S. P. (1993). The Clash of Civilizations? *Foreign Affairs*, 72(3), 22-49.
- Jackson, R. & Sorensen, G. (1999). *Introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press.
- Kaldor, M. (1999). *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.
- Kaldor, M. (2013). In Defense of New Wars. *Stability*, 2(1), 1-16.
- Kaplan, M. (1966). The New Great Debate: Traditionalism vs Science in International Relations. *World Politics*, 19(1), 1-20.
- Keohane, R. O. (1988). International Institutions: Two Approaches. *International Studies Quarterly*, 32(4), 379-396.
- King, G., Keohane, R. & Verba, S. (1994). *Designing Social Inquiry*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Kriesberg, L. (1997). The Development of the Conflict Resolution Field. In W. Zartman & L. Rasmussen (eds.), *Peacekeeping in International Conflict* (pp. 51-77). Washington, DC: United States Institute of Peace Press.
- Kriesberg, L. (2009). The Evolution of Conflict Resolution. In J. Bercovitch, V. A. Kremeniuk & I. W. Zartman (eds.) *The SAGE Handbook of Conflict Resolution* (pp. 15-32). Los Angeles: SAGE.
- Kriesberg, L., Northrup, T. A. & Thorson, S. J. (1989). *Intractable Conflicts and their Transformation*. Syracuse, NY: Syracuse University Press.
- Kuhn, T. S. (1962). *The Structure of Scientific Revolution*. Chicago: Chicago University Press.
- Lapid, Y. (1989). The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, 33(3), 235-254.
- Levy, J. (2007). Theory, Evidence, and Politics in the Evolution of International Relations Research Programs. In R. N. Lebow & M. I. Lichbach (eds.) *Theory and Evidence in Comparative Politics and International Relations*. (pp. 177-97). New York: Palgrave Macmillan.
- Levy, J. S. (2000). Reflections on the Scientific Study of War. In J. A. Vasquez (eds.) *What Do We Know About War?* (pp. 319-327). Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Levy, J. S. (2015). *Theories of War and Peace (Syllabus Political Science 522)*. Rutgers University.



- Levys, J. (2011). Theories and Causes of War. In C. J. Coyne & R. L. Mathers (eds.) *The Handbook on Political Economy of War* (pp. 13-33). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- McClintock, A. (1992). The Angel of Progress: Pitfalls of the Term "Post-Colonialism". *Social Text*, 31/32, 84-98.
- Melander, E., Pettersson, T. & Themnér, L. (2016). Organized Violence, 1989-2015. *Journal of Peace Research*, 53(5), 727-742.
- Morgenthau, H. (1948). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Knopf.
- Munkler, H. (2005). *The New Wars*. Cambridge: Polity Press.
- Oliveira, G. C. (2016). Pacifist Approaches to Conflict Resolution: an Overview of Pragmatic Pacifism. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 7(1), 3-18.
- Osgood, C. E. (1962). *An Alternative to War or Surrender*. Urbana: University of Illinois Press.
- Pearson, K. (1892). *The Grammar of Science*. London: J.M. Dent & Sons, Ltd.
- Pfetsch, F., & Rohloff, C. (2000). KOSIMO: A Databank on Political Conflict. *Journal of Peace Research*, 37(3), 379-89.
- Pureza, J. M. (2011, December). O Desafio Crítico dos Estudos Para a Paz. *Relações Internacionais* (32), 5-22.
- Ramsbotham, O., Woodhouse, T. & Miall, H. (2011). *Contemporary Conflict Resolution: The Prevention, Management and Transformation of Deadly Conflicts*. Cambridge, UK: Polity.
- Rapoport, A. & Chammah, A. M. (1965). *Prisoner's Dilemma; a Study in Conflict and Cooperation*. Ann Arbor.: Univ. of Michigan Press.
- Rapoport, A. & Dale, P. (1966, July). Models for Prisoner's Dilemma. *Journal of Mathematical Psychology*, 3(2), 269-286.
- Richardson, L. F. (1960). *Statistics of Deadly Quarrels*. Pittsburgh: Boxwood.
- Rogers, P., & Ramsbotham, O. (1999). Then and Now: Peace Research—Past and Future. *Political Studies* (47), 740–754.
- Rosato, S. (2003). The Flawed Logic of Democratic Peace Theory. *American Political Science Review*, 97(4), 585-602.
- Russett, B. & Kramer, M. (1973). New Editors for an Old Journal. *Journal of Conflict Resolution*, 17(1), 3-6.
- Sambanis, N. (2002). A Review of Recent Advances and Future Directions in the Quantitative Literature on Civil War. *Defence and Peace Economics*, 13(3), 215-243.
- Schmid, H. (1968). Peace Research and Politics. *Journal of Peace Research*, 5(3), 217-232.
- Sharp, G. (1971). *Politics of Nonviolent Action*. Porter Sargent Publishers.
- Singer, J. D. (1961). The Level-of-Analysis Problem in International Relations. *World Politics*, 14(1), 77-92.



- Smith, R. (2005). *The Utility of Force*. London: Alfred A. Knopf.
- Sorokin, P. A. (1937). *Fluctuation of Social Relationships, War and Revolution* (3). New York: American Book Company.
- Sundberg, R. & Melander, E. (2013). Introducing the UCDP Georeferenced Event Dataset. *Journal of Peace Research*, 50(4), 523-532.
- Tromp, H. (1981). Introduction: Changing Perspectives in Peace Research. In *UNESCO Yearbook of Peace and Conflict Studies 1980*. Westport, CN: Greenwood Press.
- Viotti, P. & Kauppi, M. (2012). *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond*. (5th ed.). Boston, MA: Longman.
- Wæver, O. (1995). Securitisation and Desecuritisation. In R. D. Lipschutz (eds.) *On Security* (pp. 46-87). New York: Columbia University Press.
- Wæver, O. (2004). 'Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New "Schools" in Security Theory and Their Origins Between Core and Periphery'. Paper presented at the 45th Annual Convention of the International Studies Association 17–20 March. Montreal, Canada.
- Wæver, O., Buzan, B., Kelstrup, M. & Lemaitre, P. (1993). *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*. London: Printer.
- Wallensteen, P. (1973). *Structure and War. On International Relations, 1920-68*. Stockholm: Rabén & Sjögren.
- Wallensteen, P. (2001). *The Growing Peace Research Agenda*. Kroc Institute Occasional Paper 21, The Joan B. Kroc Institute for International Peace Studies.
- Waltz, K. N. (1979). *Theory of International Politics*. MA: Addison-Wesley.
- Waltz, K. N. (1959). *Man, the State, and War; a Theoretical Analysis*. New York: Columbia University Press.
- Wendt, A. (2015). *Quantum Mind and Social Science. Unifying Physical and Social Ontology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Wiberg, H. (2005, Junho). Investigação para a Paz: Passado, Presente e Futuro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 21-42.
- Williams, P. D. (2008). Security Studies: An Introduction. In P. D. Williams (eds.) *Security Studies: An Introduction* (pp. 1-10). London and New York: Routledge.
- Wright, Q. (1942). *A Study of War*. Chicago: University of Chicago Press.